



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 15.476/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente da PBPrev**, concedendo Pensão por morte do servidor Antonio Gonçalves dos Santos, Soldado Engajado, Matrícula nº 147.265, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária a Sra. Josefa Maria de Oliveira. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo dos benefícios elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em Exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a dependente Maria Lúcia Araújo dos Santos.

É o voto

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em Exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC nº 15.476/17

Objeto: Pensão

Beneficiário(a): Josefa Maria de Oliveira

Servidor (a): Antonio Gonçalves dos Santos

Órgão: PBPrev

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Não Há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC – nº 0291/2018

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 15.476/17, referente à concessão de Pensão por morte do servidor Antonio Gonçalves dos Santos, Soldado Engajado, Matrícula nº 147.265, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária a Sra. Josefa Maria de Oliveira, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 14 dezembro de 2017.

Assinado 20 de Fevereiro de 2018 às 12:57



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 19 de Fevereiro de 2018 às 16:34



Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho

RELATOR

Assinado 21 de Fevereiro de 2018 às 11:28



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO